

Ações afirmativas no psicodrama brasileiro: Por uma práxis antirracista e inclusiva

Ana Luísa Silva Iunes^{1*} , Mariana Leão Côrtes Berquó¹ 

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a importância da implementação de ações afirmativas em formações e eventos psicodramáticos no Brasil e seus desafios, a partir do compartilhamento da experiência do oferecimento da “Bolsa da Diversidade ABP”, da Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABP), implementada no ano de 2024. Compreendemos que, apesar dos avanços na discussão das questões raciais e da diversidade, precisamos promover mecanismos que facilitem o ingresso de grupos marginalizados em formações e eventos, ainda majoritariamente formados por pessoas brancas cisgênero. Acreditamos que oferecer políticas específicas para essas minorias contribui para uma retificação de disparidades históricas, fomentando inclusão e confrontando discriminações da nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Psicodrama; Antirracismo; Ações afirmativas.

Affirmative actions in Brazilian psychodrama: Towards an anti-racist
and inclusive praxis

ABSTRACT

This article aims to discuss the importance of implementing affirmative actions in psychodrama training and events in Brazil and its challenges, based on sharing the experience of offering the “Bolsa da Diversidade ABP”, from the Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABP), implemented in 2024. We understand that despite the advances in the discussion of racial issues and diversity, we need to promote mechanisms that facilitate the entry of marginalized groups into training and events, still mostly formed by white cisgender people. We believe that offering specific policies for these minorities contributes to rectifying historical disparities, fostering inclusion and confronting discrimination in our society.

KEYWORDS: Psychodrama; Anti-racism; Affirmative action.

Acciones afirmativas en el psicodrama brasileño: hacia una praxis
antirracista e inclusiva

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la importancia de implementar acciones afirmativas en formaciones y eventos psicodramáticos en Brasil y sus desafíos, a partir del intercambio de ofrecer la “Bolsa da Diversidade ABP”, experiencia de la Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABP), implementada en 2024. Entendemos que a pesar de los avances en la discusión de cuestiones raciales y de diversidad, necesitamos promover mecanismos que faciliten el ingreso de grupos marginados a formaciones y eventos, todavía mayoritariamente formados por personas blancas cisgênero. Creemos que ofrecer políticas específicas para estas minorías contribuye a rectificar las disparidades históricas, fomentar la inclusión y enfrentar la discriminación en nuestra sociedad.

PALABRAS CLAVE: Psicodrama; Antirracismo; Acción afirmativa.

1. Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama – Brasília (DF), Brasil.

*Autora correspondente: analuisaiunes@gmail.com

Recebido: 27 jun. 2025 | Aceito: 30 ago. 2025

Editora de seção: Marília Bruhn 

INTRODUÇÃO

Nos reconhecemos e nos apresentamos como mulheres brancas, cisgênero, de classe média alta e dentro do padrão socialmente aceito pela cultura. Sabemos, portanto, que nos beneficiamos de privilégios materiais e simbólicos da branquitude historicamente construídos, inclusive nos espaços de formação e eventos, ainda majoritariamente ocupados por pessoas como nós: o padrão estipulado por anos de cultura europeia e norte-americana como aceito. Reconhecendo tal cenário e compreendendo a nossa responsabilidade social, assumimos que não basta apenas apoiar as discussões sobre raça e diversidade: é urgente construirmos em nós uma postura crítica, buscando mais conhecimento sobre questões raciais e constantemente nos questionando sobre nossas ações para sermos capazes de criar condições concretas que favoreçam a participação de pessoas de grupos historicamente marginalizados e que modifiquem a lógica colonial de funcionamento.

Ao adotar uma postura antirracista e apoiar políticas específicas para a população negra, buscamos colaborar com a reparação de desigualdades, promover mais inclusão e contribuir para o enfrentamento das estruturas de exclusão que ainda persistem em nossa sociedade e se refletem também na realidade do psicodrama brasileiro. Diante dos fatos, este artigo tem como objetivo discutir a importância da implementação de ações afirmativas em formações e eventos psicodramáticos no Brasil e seus desafios, a partir do compartilhamento da experiência de pós-graduação da Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABP) na implementação de ações afirmativas, que incluem a “Bolsa da Diversidade ABP”.

O presente artigo caracteriza-se como um relato de experiência da nossa prática profissional, não sendo fruto de intervenção planejada ou estudo empírico com delineamento metodológico tradicional. Está em consonância com a Resolução n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As informações apresentadas foram elaboradas seguindo os princípios éticos de respeito à dignidade, à privacidade e ao sigilo das pessoas envolvidas.

Iniciamos com uma contextualização histórica do racismo no Brasil, destacando suas manifestações e seus impactos nas relações sociais e institucionais. Discutimos o desenvolvimento das ações afirmativas no país, com ênfase no ensino superior, e exploramos os fundamentos teóricos do psicodrama em diálogo com perspectivas antirracistas. Por fim, apresentamos o relato da experiência da criação e implementação coletiva da Bolsa da Diversidade ABP, além de outras iniciativas desenvolvidas na formação psicodramática.

Embora neste trabalho foquemos nas questões raciais, pela urgência do tema da racialidade e transformação social que não pode mais ser adiada, não significa estarmos menos atentas a outras minorias que também necessitam de novas ações criativas, como as pessoas trans, com deficiência, ou a comunidade LGBTQIAPN*. Conscientes dos limites da sociedade e dos nossos próprios, acreditamos na importância de contribuir com o coro da disputa do espaço e na construção de um caminho mais justo e equânime para quem virá depois de nós.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL

Em voz crescente, e um incômodo cada vez mais latente, o tema do racismo tem sido amplamente discutido não somente no Brasil, mas em todo o mundo (Jaccoud & Beghin, 2002; Silva, 2024; Jean-Pierre et al., 2025). No Brasil a discussão se intensifica com a naturalização da desigualdade entre negros e brancos (Jaccoud & Beghin, 2002). As autoras reconhecem que alcançamos algumas conquistas nos últimos anos, mas reforçam que ainda temos muito o que analisar e debater para ampliar nossa compreensão. Para Vomero (2022), ainda vivemos um etnocídio epistêmico sustentado pela conserva cultural colonial, que reduz a diversidade de centenas de povos a uma narrativa eurocêntrica.

De acordo com Munanga (2004), o conceito de racismo surgiu pela primeira vez por volta da década de 1920, e desde então tem sido abordado a partir de diversas interpretações e perspectivas, nem sempre havendo concordância entre os autores. O autor define o racismo como a tendência a atribuir características intelectuais e morais a partir de traços físicos e biológicos de um determinado grupo, levando essas pessoas, denominadas racistas, a considerarem grupos com diferenças culturais, linguísticas, religiosas, entre outras, como naturalmente inferiores. Importante ressaltar que os comportamentos racistas não são características inatas, e sim aprendidas nas nossas relações (Oliveira, 2025).

Segundo Munanga (2004), o conceito de raça não se fundamenta em aspectos biológicos, mas é uma construção ideológica criada para explicar a diversidade humana, sustentar uma cultura de controle e legitimar sistemas de dominação. O autor exemplifica dizendo que o conceito de negro é diferente em cada lugar que se apresenta, apesar de existirem laços culturais com ancestralidade comum e trajetórias similares de resistência – mostrando como o sentido por trás da palavra é “etno-semântico, político-ideológico e não biológico” (Munanga, 2004, p. 4). Entretanto, a população negra constitui um grupo social heterogêneo, marcado por múltiplas experiências e identidades, de forma que devemos considerar sua pluralidade como elementos centrais na produção do conhecimento (Jean-Pierre et al., 2025). Por isso, é fundamental sermos críticas e cuidadosas ao analisar as classificações produzidas e como elas operam em um contexto específico, reconhecendo suas singularidades nas relações sociais e nos processos de exclusão e pertencimento.

A identidade cultural é formada a partir da consciência das particularidades históricas, culturais, religiosas e sociais (Munanga, 2004), além de aspectos subjetivos que ainda não compreendemos completamente. O autor nos alerta que a pluralidade cultural presente no Brasil, por vezes, representa um desafio tanto para a construção de uma consciência política da identidade negra quanto para o desenvolvimento de propostas que promovam a transformação da realidade dessa população. Costa e Schucman (2022) também discutem a complexidade que a mestiçagem brasileira impõe à classificação racial, à construção identitária e à definição de quem é reconhecido como negro no país. Na ausência de referências sobre si, pessoas negras são levadas a adotar a branquitude como parâmetro de identidade (Vomero, 2022).

Pessoas negras estão expostas a desigualdades em todas as esferas da vida social (Jaccoud & Beghin, 2002). Segundo as autoras, as desigualdades são provenientes de baixos níveis de educação e qualificação e da discriminação racial sofrida por elas, que são avaliadas e julgadas a partir de suas características físicas e/ou culturais. Tais discriminações estão presentes em todas as fases de vida e são um importante fator para determinar as chances de vida do indivíduo (Jaccoud & Beghin, 2002). Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para compreender a urgência de intervenções que não apenas reparem desigualdades históricas, mas também promovam condições equitativas de desenvolvimento.

As práticas coloniais dão origem a processos de adoecimento que se manifestam tanto no nível individual quanto no coletivo, resultando na experiência vivida e percebida de exclusão (Vomero, 2022). Para a autora, o sofrimento não pode ser compreendido apenas como uma condição isolada da pessoa, mas como expressão de vínculos sociais fragilizados, que alimentam a dor psíquica e emocional de indivíduos e grupos. A autora nos provoca a reconhecer nossa branquitude e os privilégios para então sermos capazes de perceber que nem todos são contemplados da mesma maneira.

Nessa perspectiva, o silenciamento das vozes negras e o desvalor de sua presença no ambiente acadêmico alimentam o pacto narcísico que sustenta a lógica universitária, ao inviabilizar as pautas antirracistas em diferentes níveis e espaços educacionais. Ao mesmo tempo, esse pacto revela uma aliança implícita entre os sujeitos racializados como brancos, cuja posição de privilégio se mantém sem necessidade de maiores esforços (Silva, 2024). Em outras palavras, a exaltação constante da branquitude nas instituições de ensino superior legitima as desigualdades, naturalizando as práticas sociais que definem quem pertence e quem deve ser mantido à margem.

Refletir sobre a branquitude sem recorrer a moralismo centrado na culpa pessoal é um exercício complexo e necessário, segundo Leonardi e Faustino (2025). Os autores colocam que embora o reconhecimento dos privilégios raciais por pessoas brancas seja um passo relevante, ele não pode ser encarado como ponto de chegada. O desafio está em compreender as implicações institucionais desse lugar social e em como cada sujeito se compromete, de fato, com a luta antirracista. Isso exige um reconhecimento da branquitude como elemento central da discussão, tornando visível sua participação ativa na transformação das estruturas de poder racializadas.

A permanência histórica de visões hegemônicas que marginalizam a população negra do Brasil tem impactos também no contexto educacional (Silva, 2024). O autor afirma que o mito da democracia racial ainda não foi superado e continua exercendo influência, ao atuar como instrumento de reprodução das desigualdades socioeconômicas, psicossociais e culturais que modelam as estruturas educacionais nas diferentes instâncias da educação. Temos como resultado políticas que, embora representem avanços pontuais, permanecem insuficientes para enfrentar estruturalmente o problema (Silva, 2024).

Ressaltamos que dentro dessas dinâmicas de dominação e poder, para a criação de políticas, precisamos ter um olhar sobre as interseccionalidades, considerando os diversos sistemas discriminatórios das estruturas de subordinação

que se interligam – como gênero, raça e classe (Crenshaw, 2002). Enquanto as instituições seguirem estruturando seus cursos a partir de referências centradas na branquitude, as pessoas negras continuarão sendo empurradas para posições marginais nesses espaços.

AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL NO ENSINO SUPERIOR

Ações afirmativas são atividades realizadas com objetivo de reparar as desigualdades praticadas ao longo da história e promover a inclusão e equidade de populações marginalizadas, combatendo ativa e sistematicamente atitudes discriminatórias às minorias (Silva & Leite, 2025). A partir da Lei n.º 10.639/03 se tornou obrigatório o ensino sobre as relações étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. As diretrizes do Conselho Nacional de Educação orientam escolas e professores a valorizar a identidade, a história e a contribuição dos povos afro-brasileiros e africanos, promovendo o respeito à diversidade racial. Para tanto, recomenda-se a adoção de medidas de modo a transformar a escola em um espaço efetivamente inclusivo e participativo (Ministério da Educação, 2004).

Vários estudos discutem as ações afirmativas em diferentes contextos, dos quais destacamos Silva e Leite (2025), que abordam o ingresso de pessoas com deficiência e os desafios de acesso, bem como os de permanência e manutenção de oportunidades para todos. As autoras destacam os editais de ações afirmativas como medidas significativas no processo de inclusão. Rosenberg (2004) também nos traz sua experiência na implantação de ações afirmativas, compartilhando que tal estratégia política tem contribuído para modificar o espaço de direito do negro no Brasil e que ainda precisa ser sistematizada.

Em sua pesquisa, Silva (2024) nos instiga a ampliar nossa perspectiva a partir do olhar das formas de aprendizagem desenvolvidas por comunidades negras e indígenas, valorizando abordagens dialógicas e interdisciplinares que se conectam com identidades e consciências negras e religiosas. Malaquias (2020) conclui que a inclusão racial acontecerá de fato quando a sociedade reformular seu projeto dramático para gerar efetivamente a integração social e devolver à população negra seu direito de pertencer e ocupar seu lugar na sociedade, além de valorizar seus saberes ancestrais por muito tempo desvalorizados.

No contexto atual, capitalista, neoliberal, voltado para a maximização de resultados e otimização de processos, a diversidade deveria ser reconhecida como um dos principais ativos estratégicos, visto que amplia o leque de possibilidades e soluções ao incorporar perspectivas provenientes de diferentes origens, valorizando o potencial singular de cada indivíduo e enriquecendo a diversidade cultural geral da humanidade (Munanga, 2004). Silva e Leite (2025) alertam que a transformação cultural não será possível somente com a implementação de políticas afirmativas, mas sim com a ressignificação das práticas institucionais.

Malaquias (2020) nos alerta que a diversidade de violências praticadas com as pessoas negras reitera a urgência com que diferentes ações precisam ser realizadas. A autora afirma que a ampliação da consciência social e o pensamento crítico são poderosas ferramentas para repensar nossas relações de poder e contribuir para a diminuição de preconceitos, discriminações e exclusões. Oliveira (2025) complementa que uma prática antirracista envolve desnaturalizar os privilégios brancos, promover conscientização sobre as dinâmicas de poder e ter participação ativa na disputa.

Munanga (2004), por sua vez, destaca a importância dos movimentos e coletivos negros na reconstrução de uma imagem positiva de si mesmos, buscando, entre outros aspectos, “recuperar a autoestima abalada pela alienação racial” (Munanga, 2004, p. 9). No entanto, o autor chama atenção para o fato de que essa luta por reconhecimento público das identidades negras frequentemente provoca reações contrárias por parte de grupos conservadores e de extrema direita, que passam a reivindicar espaço e visibilidade em nome da preservação do seu lugar de poder. Dessa forma, concordamos com o autor que a compreensão superficial do racismo, moldada pelo olhar da branquitude, tende a comprometer a eficácia da luta antirracista, ao diluir suas reivindicações e banalizar as consequências reais da discriminação.

A presença negra em instituições historicamente brancas é fruto de processos ativos de construção e reivindicação de seu espaço (Tichavakunda, 2024). Para Leonardi e Faustino (2025), quando se valorizam os mecanismos de pertencimento, reconhecimento e fortalecimento das identidades negras nos espaços coletivos e comunitários, a vivência comunitária passa a se constituir como um espaço para construção de vínculos, elaboração das angústias e resistência frente às violências cotidianas do racismo. Os estudos nos revelam, portanto, a importância da ocupação de pessoas negras, que tenham seu lugar

de fala para compartilhar seus saberes e para que juntos consigamos pensar em outras formas de funcionamento que não sejam centradas em valores hegemônicos da cultura europeia. Com isso, consideramos que tornaremos possível aproveitar melhor os benefícios da diversidade que nosso país nos oferece.

PSICODRAMA E ANTIRRACISMO

Não é segredo para ninguém que na história do psicodrama brasileiro houve uma escassa representatividade negra, tanto na formação dos profissionais quanto no desenvolvimento das práticas psicodramáticas (Malaquias et al., 2020). Infelizmente, a literatura tradicional do psicodrama no Brasil pouco cita figuras negras ou discute o impacto do racismo nesse campo. Esse cenário evidencia, mais uma vez, o racismo estrutural presente em nossa sociedade, uma vez que, embora o psicodrama tenha historicamente se dedicado ao trabalho com minorias e à ampliação de vozes de grupos em busca de direitos (Moreno, 1984), autores negros que contribuíram com a abordagem seguem pouco reconhecidos. Foi a partir do esforço de Maria Célia Malaquias (2020) – psicodramatista negra que, entre seus méritos, trouxe as questões raciais para o palco e resgatou a história da chegada do psicodrama ao Brasil com Guerreiro Ramos –, junto de alguns colegas, que felizmente vemos um movimento atual mais expressivo de produções, cursos e iniciativas, como as apresentadas neste trabalho e nesta revista em que nos incluímos.

Malaquias et al. (2016) afirmam que o psicodrama possui um amplo repertório teórico metodológico para trabalhar temas sensíveis como a questão do racismo. Miranda e Cardoso (2024) concordam, reiterando o palco psicodramático como espaço de exploração de caminhos que promovam reflexão e reconhecimento do lugar de direito da população negra, e convidam os profissionais para uma prática antirracista. Para as autoras, a prática psicodramática, ao se comprometer com a desconstrução das dinâmicas de poder, atua na denúncia das representações distorcidas, negativas e naturalizadas sobre a população negra, ao mesmo tempo que afirma os saberes e as práticas ancestrais do povo negro como potentes instrumentos de emancipação e formação de sujeitos, grupos e instituições.

Desde Moreno o psicodrama vem sendo usado como potente ferramenta para trabalhar com minorias. Temos como referência notável um dos precursores do psicodrama no Brasil (Malaquias, 2020; Miranda & Cardoso, 2024), o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Em seu artigo, Oliveira (2025) nos apresenta a luta realizada por Guerreiro Ramos, cujo trabalho focou na descolonização das relações, utilizando o palco psicodramático como metodologia para tratar do racismo para além da racionalização verbal, com intuito de criar um espaço de verdadeira transformação social.

Guerreiro Ramos trouxe para o Brasil uma nova forma de entender e construir a sociologia e, diferente do padrão europeu, propunha que as pessoas pudessem criar sua própria perspectiva. Sob a perspectiva da teoria de Moreno, viu no psicodrama uma potencial metodologia de ação, capaz de pesquisar, explorar e aprofundar a compreensão das relações humanas (Oliveira, 2025). Segundo o autor, os métodos psicodramáticos se mostram relevantes na medida em que oferecem um espaço para o enfrentamento da objetificação dos corpos negros, possibilitando que os sujeitos protagonizem processos de descolonização das conservas culturais marcadas pelo racismo.

O trabalho de Guerreiro Ramos foi realizado antes mesmo da “chegada oficial” do psicodrama como formação por Rojás-Bermudez (Cepeda & Martin, 2010). Mesmo sendo um dos primeiros a utilizar a metodologia psicodramática, foi somente uma pesquisadora negra, Maria Célia Malaquias, que trouxe para a cena a importância do trabalho desenvolvido por Guerreiro Ramos e o Teatro Experimental do Negro, que até então era mais conhecido na sociologia do que na própria comunidade psicodramática. O fato reforça, mais uma vez, a urgência em medidas que mudem o nosso cenário e a importância que nós, pessoas brancas, temos em também adotar essa luta.

Silva e Vomero (2025), a partir dos estudos com as pessoas trans, afirmam que o psicodrama pode desempenhar um papel significativo na promoção de espaços de autorreconhecimento e identificação. Para as autoras, as ações psicodramáticas favorecem a transformação de preconceitos e do sofrimento excludente, em uma reflexão crítica sobre a busca por inserção social e fortalecimento dos vínculos com o grupo socioidentitário. Em um processo dinâmico e contínuo, busca transformar as dores e necessidades em elementos fundamentais na cocriação de novas formas de relação e pertencimento. De acordo

com as autoras, ao trazer ao palco suas cenas, as pessoas de grupos minoritários podem estabelecer transformações no palco da teatralidade humana.

Portanto, com sua proposta disruptiva e política, o psicodrama se mostra como potente ferramenta para dialogar com os diferentes movimentos emancipatórios contra a cultura colonial, sendo nossa responsabilidade, como psicodramatistas, questionarmos-nos constantemente quanto ao nosso nível de comprometimento com o projeto inclusivo iniciado por Moreno (Vomero, 2022). Assim, cabe a nós seguir ampliando esse legado, tensionando práticas e saberes para que o psicodrama continue sendo um instrumento vivo de transformação social e reparação histórica.

EXPERIÊNCIA DA BOLSA DA DIVERSIDADE ABP E OUTRAS AÇÕES

Em Brasília, o cenário da ABP não é diferente. Desde sua fundação, em 1976, a maioria dos alunos tem sido composta por pessoas brancas e cisgênero. Assumimos o desafio de conduzir a gestão a partir de 2023, com alguns incômodos, dentre os quais ver um psicodrama tão branco e elitizado.

Começamos a pensar em uma possibilidade de bolsa desde o primeiro momento, e já no nosso primeiro evento, a 13ª Jornada de Psicodrama da ABP, cujo tema foi “Psicodramas: viva a diversidade”, implementamos a política do “ingresso social”, com desconto para pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+ e estudantes. Tivemos uma grande adesão por parte desse público e recebemos avaliações positivas a respeito da intensidade das atividades e da iniciativa da política. Com esse incentivo, mantivemos nas jornadas seguintes (14ª e 15ª Jornada de Psicodrama da ABP, em junho de 2024 e maio de 2025, respectivamente) temas de inclusão e diversidade e ingressos sociais, incluindo as pessoas trans nos últimos dois eventos.

Após um ano de gestão, no início de 2024, mais aquecidas e com o papel tomado, conseguimos elaborar, inspiradas pelos editais de cotas raciais da Universidade de Brasília, e lançar o primeiro edital da “Bolsa da diversidade ABP”. Lançamos o 2º edital no 2º semestre de 2024; o 3º, no 1º semestre de 2025; e, por fim, o 4º e último edital lançado até o momento, para a turma do 2º semestre de 2025. Todos foram divulgados pelo site e pelas redes sociais da ABP, e cada uma das experiências nos trouxe informações e aprendizados para aprimoramento.

A primeira etapa que efetuamos para criar o edital foi realizar uma pesquisa de outros editais de ações afirmativas. Hoje, em sua quarta edição, apresentamos o edital com a seguinte estrutura: 1) título; 2) apresentação/justificativa; 3) objetivo; 4) disposições iniciais; 5) número de vagas; 6) pré-requisitos; 7) inscrições; 8) etapas do processo de avaliação; 9) critérios de seleção; 10) recursos; 11) cronograma; 12) obrigações do bolsista; e 13) informações complementares.

O processo seletivo é dividido em duas etapas. Na primeira os candidatos preenchem o formulário de inscrição fornecido pela ABP, anexando a documentação exigida e a carta de intenção, com pontuação máxima de 100 pontos. Na segunda etapa realizamos uma entrevista online, com duração de até 40 minutos, com os 5 candidatos mais bem classificados na etapa anterior. Essa entrevista também tem valor máximo de 100 pontos. Ao final, somadas as pontuações e passado o período de recursos, a classificação final dos candidatos é divulgada no nosso site.

Os pré-requisitos para participação são: ter idade mínima de 18 anos; se autodeclarar como pessoa negra, indígena e/ou trans; ser residente e domiciliado no Distrito Federal; e possuir curso superior completo, ou estar cursando o último ano da graduação em qualquer área de formação. Quanto aos critérios de pontuação, consideramos os seguintes aspectos: qualidade da carta de intenção, renda familiar, recebimento de benefício social e participação em projetos sociais. Para fins de desempate, levamos em conta a participação acadêmica em projetos de pesquisa ou extensão, atividades de monitoria, participação em eventos científicos e publicações.

Ao longo dos quatro editais, realizamos modificações em relação ao público, número de bolsas e à porcentagem da bolsa. Em relação ao público, o primeiro edital destinou-se a pessoas pretas, pardas e indígenas, e a partir do segundo ampliamos para a inclusão de pessoas trans. Também remodelamos a quantidade de bolsas oferecidas e a porcentagem da bolsa. Nos dois primeiros editais oferecemos 4 bolsas de 50%, desde que a turma tivesse 10 alunos matriculados; no 3º edital modificamos para uma bolsa, proporcional e gradual ao número de alunos matriculados nas turmas, variando de 30%, no caso de 8 alunos, a 100%, no caso de 15 alunos matriculados. Por fim, no 4º edital nos deparamos com nosso racismo e abrimos mão do número mínimo de alunos, para finalmente conseguir conceder a bolsa no valor de 50%.

Em relação às inscrições que recebemos, o primeiro edital ficou aberto por um mês, mas não recebemos nenhuma inscrição, possivelmente devido ao baixo alcance da divulgação ou à pouca atenção dedicada a esse tipo de oportunidade. No segundo semestre repetimos o mesmo procedimento e, novamente, não tivemos inscritos. Já no terceiro edital recebemos uma inscrição, de uma mulher negra, mas infelizmente não conseguimos conceder a bolsa, porque ficamos limitadas no argumento financeiro. No quarto e último edital, que ficou aberto por quinze dias, tivemos duas pessoas inscritas.

Nesse contexto, a principal dificuldade que enfrentamos foi nosso próprio racismo estrutural e institucional que não nos permitiu ver além do critério financeiro. Nossa realidade tem sido a formação de turmas com poucos alunos, o que tem reduzido significativamente o faturamento da associação. Por sermos uma entidade sem fins lucrativos, nossas estratégias não visam ao lucro e operamos sempre muito próximas ao valor de custo. Temos consciência dos desafios que enfrentamos enquanto associação, tanto em termos institucionais quanto financeiros. Por se tratar de um curso que demanda um alto investimento financeiro, de tempo e de dedicação, reconhecemos que, mesmo com a oferta de bolsas parciais, os custos ainda podem ser inacessíveis para grande parte da população que desejamos alcançar. Soma-se a isso o fato de sermos, majoritariamente, pessoas brancas e cisgênero, o que pode dificultar a identificação de pessoas negras e trans com o nosso espaço.

Escrevendo este artigo tivemos a oportunidade de rever nossos processos e nos deparar que, sendo pessoas brancas, continuamos amarradas no pacto narcísico da branquitude através de racionalizações e desculpas que encobrem a atitude racista de ainda não termos oferecido efetivamente a bolsa, mesmo existindo candidata para tal. De acordo com Cida Bento (2022), o pacto da branquitude é um fenômeno social que nas instituições define, regulamenta e transmite modos de funcionamento a favor de manter as relações de dominação e a manutenção dos privilégios dos brancos. Se mostra necessário “reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados” (Bento, 2022, p. 19).

Mesmo com os desafios, seguiremos firmes no propósito de oferecer, semestralmente, enquanto fizermos parte da gestão, novas oportunidades por meio da Bolsa da Diversidade ABP. Esperamos que, com o tempo, nossa associação esteja cada vez mais preparada para compreender a complexidade e o estruturalismo da violência racial que vivemos e reproduzimos. Desejamos que mais pessoas tenham acesso à informação sobre essa iniciativa e se sintam encorajadas a se inscrever. Nosso compromisso com a inclusão e a ampliação da diversidade na formação psicodramática permanece e continuaremos buscando formas de fortalecer a cultura de práticas inclusivas, a divulgação de nossas ações; e de superar os desafios que surgirem pelo caminho – incluindo a vigilância quanto ao pacto da branquitude.

Esperamos que nosso compartilhamento também possa inspirar outras formações e outros eventos psicodramáticos pelo Brasil a adotarem iniciativas semelhantes. Nossa próxima iniciativa será implementar uma disciplina obrigatória na grade curricular da formação, sobre Psicodrama e Diversidade. Nosso objetivo é que os futuros psicodramatistas formados pela ABP tenham uma formação mais sensível, crítica e comprometida com as questões étnico-raciais, de gênero e de inclusão social. Acreditamos que essa mudança contribuirá para ampliar os olhares e as práticas dos profissionais que atuarão nas mais diversas realidades.

Estamos abertas ao diálogo para compartilhar nossa experiência e realizar trocas com quem desejar conhecer mais sobre o processo de construção e implementação do Edital da Diversidade ABP – e das demais ações inclusivas. Nosso movimento ainda é incipiente e, embora nossos esforços, vemos pela baixa adesão que a cultura ainda não está disseminada. Sabemos que há muito a avançar, inclusive na ampliação de nosso olhar para incluir outros grupos historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência. Seguiremos nesse caminho, com a busca da escuta, aprendizagem contínua e do compromisso com uma formação psicodramática cada vez mais diversa e representativa, e esperamos ver o psicodrama como um todo seguindo nessa direção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrevemos este relato ainda mobilizadas pela nossa última jornada, em maio de 2025, na qual tivemos a honra de receber Maria Célia Malaquias, que conduziu uma vivência potente sobre racismo, centrada em cenas extraídas de experiências reais vividas por pessoas negras. As situações apresentadas foram marcadas por forte carga emocional e trouxeram à tona aspectos profundos do cotidiano atravessado pelo racismo estrutural. A intensidade das cenas provocou

mobilizações significativas em todos nós presentes, gerando momentos de escuta sensível, reconhecimento e partilha. A atividade favoreceu discussões importantes sobre pertencimento, dor, resistência e a urgência de práticas comprometidas com a equidade racial. O espaço, como um território de elaboração coletiva e fortalecimento de vínculos, evidencia o potencial transformador das vivências compartilhadas.

Compreendemos que, apesar dos avanços na discussão das questões raciais e da diversidade, precisamos promover mecanismos que facilitem o ingresso de grupos marginalizados em formações e eventos, ainda majoritariamente formados por pessoas brancas cisgênero. Acreditamos que oferecer políticas específicas para essas minorias contribui para uma retificação de disparidades históricas, fomentando inclusão e confrontando discriminações da nossa sociedade. Entendemos que tais políticas devem contemplar não apenas o ingresso, mas também a permanência e a conclusão dos ciclos formativos desses estudantes.

Além de tudo o que já sabemos, é fundamental mantermos uma postura vigilante e aberta a novas constatações e novos aprendizados, de modo a construir práticas que não reproduzam as lógicas excludentes que estruturam a sociedade atual. E mesmo com boas intenções, percebemos o quanto é difícil romper esses processos discriminatórios. Como afirmam Bettio et al. (2023), muitas estratégias representam o alívio da culpa e da responsabilização branca, mas mantém condutas racistas, pois o racismo atua de forma invisível para pessoas brancas, porém se mantendo visível, excludente e violento para as pessoas negras. Por isso, deixamos o convite para que toda a comunidade psicodramática e toda a sociedade siga refletindo coletivamente, assim como nós, sobre novas formas de praticar e transformar as relações de poder, mas com uma atenção ao letramento racial, para que ações teoricamente de cuidados para pessoas negras não se transformem em novos atos violentos.

Que sejamos capazes de resgatar e valorizar culturas historicamente apagadas, reconhecendo nelas não apenas formas legítimas de existência e saber, mas também potentes contribuições epistemológicas, capazes de desafiar os limites do modelo capitalista hegemônico. Que o psicodrama promova de fato práxis antirracistas e inclusivas. Esse movimento é fundamental para a construção de uma sociedade comprometida com a equidade, a justiça social e a superação das desigualdades estruturais.

CONFLITOS DE INTERESSE

Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Conceitualização: Iunes AL, Berquó MLC; **Metodologia:** Iunes AL, Berquó MLC; **Análise formal:** Iunes AL, Berquó MLC; **Investigação:** Iunes AL, Berquó MLC; **Escrita:** Iunes AL, Berquó MLC; **Aprovação final:** Iunes AL.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Todos os conjuntos de dados foram gerados ou analisados no estudo atual.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos apoiadores e inscritos da Bolsa da Diversidade ABP e à editora de seção Marília, pelas contribuições fundamentais para o aprimoramento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Bento, M. A. C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Bettio, C. B., Silva, D. B., & Barbosa, M. L. V. (2023). Implicações da falta de letramento racial na promoção de cuidado para pessoas negras. In M. C. Malaquias (Org.). *Etnodrama: contribuições do grupo de estudos de psicodrama e relações sociais* (pp. 113-130). Ágora.
- Cepeda, N. A., & Martin, M. A. F. (2010). *MASP 1970: o psicodrama*. Ágora.
- Costa, E. S., & Schucman, L. V. (2022). Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(2), 466-484. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68631>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Jaccoud, L. D. B., & Beghin, N. (2002). *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>
- Jean-Pierre, J., Boatswain-Kyte, A., Collins, T., & Ojukwu, E. (2025). Designing afro-emancipatory qualitative research with and for black people. *Qualitative Research*, 25(2), 520-542. <https://doi.org/10.1177/14687941241264458>
- Leonardi, F. G., & Faustino, D. M. (2025). Racismo e sofrimento mental de estudantes negros na universidade – entrevista com Deivison Faustino. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, 13(1), 1-24. <https://doi.org/10.34024/olhares.2025.v13.19271>
- Malaquias, M. C. (Org.). (2020). *Psicodrama e relações étnico-raciais: diálogos e reflexões*. Ágora.
- Malaquias, M. C., Nonoya, D. N., Cesarino, A. C. M., & Nery, M. P. (2016). Psicodrama e relações raciais. *Revista Brasileira De Psicodrama*, 24(2), 91-100. <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/279>
- Ministério da Educação. (2004). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. MEC/SECAD. https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf
- Miranda, Á. B., & Cardoso, L. F. V. (2024). Tornar-se uma psicodramatista negra: por uma formação e direção reflexiva, antirracista e corporificada. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, 8(17), 122-130. <https://doi.org/10.5752/P.2594-5467.2024v8n17p257-265>
- Moreno, J. L. (1984). *Psicodrama* (4a ed., Á. Cabral, Trad.). Cultrix.
- Munanga, K. (2004). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In A. A. P. Brandão. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira* (pp. 15-34). EDUFF. https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoasDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf
- Oliveira, D. R. (2025). Psicodrama brasileiro e a luta antirracista: o legado de Alberto Guerreiro Ramos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, 1-5. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.696>
- Rosemberg, F. (2004). O branco do IBGE continua branco em programas de ação afirmativa? *Estudos Avançados*, 18(50), 61-66. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100007>
- Silva, J. O. (2024). *Pertencimento negro no ensino superior: uma investigação das aprendizagens sociais na trajetória escolar*. UEPG
- Silva, C. C. L., & Leite, L. P. (2025). Ações afirmativas e os editais e manuais de ingresso nas universidades: Unesp e UFSCar. *Revista Internacional de Educação Superior*, 12, 1-20. <https://doi.org/10.20396/riesup.v12i00.8677917>
- Silva, P. R. A., & Vomero, L. S. Z. (2025). Sociodrama na visibilidade trans: estimulando o protagonismo identitário. *Revista Brasileira De Psicodrama*, 33, 1-11. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.642>
- Tichavakunda, A. A. (2024). Studying black student life on campus: toward a theory of black placemaking in higher education. *Urban Education*, 59(1), 96-123. <https://doi.org/10.1177/0042085920971354>
- Vomero, L. de S. Z. (2022). Decolonizando o conceito de reconhecimento (eu-tu). *Revista Brasileira De Psicodrama*, 30, 1-10. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.576>